

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ENEIAS SANTOS SIQUEIRA

**A UTILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM UMA ORGANIZAÇÃO
RELIGIOSA**

FLORIANÓPOLIS

2011

ENEIAS SANTOS SIQUEIRA

**A UTILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM UMA ORGANIZAÇÃO
RELIGIOSA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a Obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Marcos Laffin, Dr.

FLORIANÓPOLIS

2011

ENEIAS SANTOS SIQUEIRA

A UTILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM UMA ORGANIZAÇÃO
RELIGIOSA

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 18, novembro 2011.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor Marcos Laffin, Dr.
Orientador

Professor Irineu Afonso Frey, Dr.
Membro

Professor Vladimir Arthur Fey, M.
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida por conceder-me condições de chegar até aqui e concluir mais essa etapa.

A Primeira Igreja Presbiteriana em São José que prontamente abriu suas portas possibilitando esse estudo.

Aos professores, não só da Universidade, mas todos que desde a infância colaboraram para meu aperfeiçoamento intelectual e para minha formação enquanto cidadão.

Ao meu orientador por ter me conduzido durante essa trajetória.

A secretaria do Curso de Ciências Contábeis, pelo constante apoio durante essa longa caminhada, na pessoa do servidor Mauro Pereira que mostra-se sempre bem humorado e pronto a resolver os diversos problemas dos alunos do curso.

Especialmente a minha amada esposa Elizimara e querida filha Enelize, as quais sempre me apoiaram e incentivaram, embora a realização desse sonho roubasse grande parte do tempo que lhes deveria ser dedicado.

Aos meus pais que fonte de inspiração e referencial pra toda a minha vida.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram e me acompanharam durante essa caminhada.

RESUMO

SIQUEIRA, Enéias Santos. **A utilização das demonstrações contábeis em uma organização religiosa.** 2011, 36 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

Esta pesquisa procura identificar as demonstrações contábeis elaboradas pela Primeira Igreja Presbiteriana em São José referente ao exercício financeiro de 2010, a fim de compreender sua utilização. Considerando o crescimento exponencial das organizações religiosas e a amplitude do tema o presente estudo pretende responder ao seguinte problema da pesquisa: como se caracteriza a utilização das demonstrações contábeis em uma organização religiosa? Inicialmente o estudo faz o enquadramento legal das organizações religiosas, classificadas como pessoas jurídicas do direito privado além de explicitar as especificidades descritas no novo Código Civil. A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma instituição regida por concílios desde o conselho das igrejas locais até o Supremo Concílio que abrange o território nacional. As igrejas locais reunidas formam um presbitério e esses um sínodo e o conjunto dos sínodos o Supremo Concílio, órgão maior que rege a igreja no plano nacional. A igreja Presbiteriana em São José, foco deste estudo pertence ao Presbitério de Florianópolis que é constituído por quatorze igrejas. O estudo demonstrou que mesmo não havendo legislação exclusiva acerca da contabilidade para as organizações religiosas indicou o caminho para chegar às demonstrações contábeis aplicáveis as organizações religiosas, através das Normas do Conselho Federal de Contabilidade, concebidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade que trazem a normatização necessária para as entidades sem fins lucrativos. Para atingir os objetivos propostos o estudo identificou que, referente ao exercício financeiro de 2010 foram elaboradas as seguintes Demonstrações Contábeis pela instituição em questão: Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, elaboradas por um escritório de contabilidade que presta serviços a instituição. Em síntese as demonstrações contábeis caracterizam-se como documentos importantes para instituição da pesquisa, contudo, não são utilizadas sistematicamente para a tomada de decisões e sim para cumprir um ordenamento legal. O balancete elaborado pelo tesoureiro da igreja é a principal fonte para decisões concernentes aos gastos utilizando para tanto a análise do saldo em caixa elaborado pelo tesoureiro da instituição. Recomenda-se o incremento das fiscalizações nessas organizações, pelos órgãos competentes, quanto à atuação ou não de profissionais habilitados para a execução da contabilidade nessas instituições não só para a elaboração dos demonstrativos como também para atuarem como consultores quanto à utilização da contabilidade como ferramenta de prestação de contas.

Palavras chaves: Organizações Religiosas, demonstrações contábeis e contabilidade.

LISTA DE ABREVIATURAS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

DOU – Diário Oficial da União

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

NBC T – Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica

IPB – Igreja Presbiteriana do Brasil

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

PIS – Programa de Integração Social

UPA – União Presbiteriana de Adolescentes

FGTM – Fundo de Garantia por Tempo Ministerial

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 – Balanço Patrimonial

Quadro nº 2 – Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício

Quadro nº 3 – Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício

Quadro nº 4 – Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício

Quadro nº 5 – Balancete

Quadro nº 6 – Balancete Preliminar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	08
1.2 OBJETIVOS.....	09
1.2.1 Objetivo geral.....	09
1.2.2 Objetivos específicos.....	09
1.3 JUSTIFICATIVA.....	09
1.4 METODOLOGIA.....	10
1.4.1 Enquadramento metodológico.....	10
1.4.2 Coleta e Análise de Dados.....	11
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	11
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 A CONTABILIDADE.....	13
2.2 O TERCEIRO SETOR.....	13
2.3 AS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS	14
2.4 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	18
2.5 A IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL.....	19
3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	23
3.1 A PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA EM SÃO JOSÉ.....	23
3.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS.....	24
3.2.1 Balanço Patrimonial.....	24
3.2.2 Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício.....	25
3.2.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	25
3.2.4 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.....	26
3.2.5 Balancete.....	27
3.2.6 Balancete Preliminar.....	31
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	33
4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
4.2 RECOMENDAÇÕES.....	34
REFERÊNCIAS.....	35

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade insere-se na sociedade desde os tempos antigos. A Bíblia Sagrada apresenta vários exemplos quando lista, por exemplo, os bens de Abraão, seus rebanhos, ou ainda quando registra as riquezas de Jó, suas relações comerciais e o pagamento aos seus servos. Apresenta um livro denominado Números, que relata nos seus primeiros capítulos o censo ordenado por Deus a Moisés no deserto, de todo o povo e de tudo o que possuíam, onde a partir dele iniciaria um novo momento para o povo, uma nova oportunidade, um recomeçar, demonstrando que desde o início quando o homem percebeu a importância de organizar-se, ele busca ações para essa construção e reconstrução contínua. Evidenciando, portanto, princípios da contabilidade e a sua contribuição para a história de um povo.

A presente pesquisa pretende tratar sobre a utilização dos demonstrativos contábeis em uma Organização Religiosa, a Primeira Igreja Presbiteriana em São José, uma das 14 igrejas do Presbitério de Florianópolis. O estudo será desenvolvido, baseado nas demonstrações contábeis do exercício financeiro de 2010.

1.1 TEMA E PROBLEMA

As organizações religiosas vêm crescendo muito em nosso país nos últimos anos, sendo atualmente classificadas como pessoas jurídicas de direito privado tendo uma série de ações no âmbito do terceiro setor. Entretanto essas entidades não estão isentas de organizarem suas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis quando bem elaboradas, além de satisfazerem as obrigações legais, servem como suporte para a tomada de decisões dos gestores das entidades e cumprem um papel de informação aos seus usuários internos e externos. Macêdo *et al.* (2008), resgata a CFC nº 530/81 que considera da seguinte forma “as demonstrações contábeis devem revelar, a quem de direito, todos os fatos que possam influir, significativamente, na sua interpretação.” No entanto, após pesquisa bibliográfica realizada nos sites dos 14 periódicos dos cursos de pós-graduação em ciências contábeis das diversas instituições de ensino nacional, nas publicações de 2000 a 2010, não se encontrou estudo específico sobre demonstrações contábeis em organizações religiosas.

Nesse contexto, o presente estudo pretende responder a seguinte questão: como se caracteriza a utilização das demonstrações contábeis em uma organização religiosa?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em identificar as demonstrações contábeis elaboradas pela Primeira Igreja Presbiteriana em São José referente ao exercício financeiro de 2010, e compreender sua utilização.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar as características das demonstrações contábeis em uma organização religiosa;
- Identificar quais foram às demonstrações contábeis elaboradas referentes ao exercício financeiro de 2010; e
- Avaliar a utilização da contabilidade na Primeira Igreja Presbiteriana em São José.

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância dessa pesquisa se expressa em vários motivos descritos no decorrer do trabalho. O primeiro deles é a escassez de produção científica acerca do tema, demonstrada na pesquisa bibliográfica realizada, evidenciando a falta de publicações envolvendo a contabilidade em organizações religiosas.

A contabilidade contribui para a gestão dessas organizações conduzindo suas lideranças para tomada de decisões e ainda profissionalizando o trato com seus recursos através dos princípios adotados por essa ciência.

Suscita a discussão da importância da introdução da contabilidade nas instituições sem finalidades de lucro, sugerindo um amplo campo de atuação para o contador, dado o crescimento exponencial dessas organizações e acerca dessa questão, Ebsen e Laffin (2004, p.21), afirmam que “esse é um desafio que se apresenta aos profissionais da área contábil e que nem sempre encontra correspondência em seus procedimentos.”

Ainda a destinação dos recursos financeiros levantados por este tipo de organização vem causando na sociedade várias indagações quanto à origem, movimento e gestão. Sendo muitas vezes alvo de críticas e descrédito quanto à idoneidade de seus dirigentes. Assim o presente estudo propicia a sociedade, a abertura desse espaço de diálogo com esse tema tão

polêmico, ressaltando a significativa contribuição para as entidades dando confiabilidade e transparência, redundando num bem maior aos seus usuários e a toda a comunidade, atribuindo um caráter mais fidedigno a instituição frente à sociedade. Contudo “a contabilidade, em qualquer tipo de entidade não deve servir para atender somente aos usuários externos, mas também, e principalmente aos internos.” (EBSEN e LAFFIN, 2004, p. 11).

Para a entidade, que é objeto deste estudo, possibilita uma reflexão acerca das boas práticas na gestão de seu patrimônio, abrindo novas perspectivas de ação aos seus dirigentes, além da credibilidade em ter seu nome vinculado a um estudo científico.

A amplitude do tema atrai por tudo o que foi descrito gerando o problema da pesquisa Como se caracteriza a utilização das demonstrações contábeis em uma organização religiosa?

1.4 METODOLOGIA

Nesta parte, apresenta-se o enquadramento metodológico da pesquisa, a técnica utilizada para verificação dos demonstrativos contábeis da organização religiosa, além dos procedimentos utilizados para a coleta dos dados e a descrição da fonte de coleta de dados.

1.4.1 Enquadramento Metodológico

O presente estudo caracteriza-se com uma pesquisa exploratória, pois tem como objetivo analisar os demonstrativos contábeis de uma instituição religiosa.

Vergara (2000) *apud* Giollo e Bósio (2006) referem que a pesquisa exploratória é realizada na área onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, vindo de encontro, portanto à problemática que impulsionou este estudo.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, pois a análise realizada procura apresentar as características da utilização dos demonstrativos contábeis na Primeira Igreja Presbiteriana em São José referente ao exercício financeiro de 2010 avaliando a utilização da contabilidade nesta instituição religiosa, não utilizando para isso um instrumento estatístico para verificação dos dados. Richardson (1999) *apud* Beuren *et al*, (2003) destaca que a abordagem qualitativa se caracteriza principalmente por não empregar instrumental estatístico na análise dos dados.

Os procedimentos técnicos desenvolvidos foram o de pesquisa bibliográfica e documental seguido de um estudo de caso. Segundo, Lakatos e Marconi, (1991). A pesquisa bibliográfica utiliza a base em livros e site dos 14 periódicos científicos dos cursos de pós-

graduação em ciências contábeis das diversas instituições de ensino nacional, nas publicações de 2000 a 2010. A pesquisa documental é muito semelhante à pesquisa bibliográfica, porém as fontes que a constituem são documentos e não apenas livros publicados e artigos científicos divulgados, como na pesquisa bibliográfica, esquadrinhando, portanto nas fontes documentais informações ainda não suficientemente representativas. Nesse estudo a pesquisa documental se restringiu aos relatórios elaborados pelo tesoureiro da organização, como também aos documentos elaborados pelo escritório de contabilidade que presta serviço a organização, além das informações prestadas pelos membros do conselho e tesoureiro.

“A pesquisa tipo estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso. Esse estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico”. BEUREN (2003, P. 84). A presente pesquisa compreende um estudo de caso centrado em única organização religiosa.

1.4.2 Coleta e análise de dados

Os dados da instituição foram coletados nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2010. É importante evidenciar que a pesquisa utiliza dados secundários coletados das demonstrações contábeis da organização. As demonstrações foram obtidas diretamente na instituição pesquisada para análise quanto ao cumprimento mínimo da legislação vigente e avaliação da utilização das mesmas para fins gerenciais. Os dados serão considerados separadamente através de análises qualitativas. Na análise qualitativa busca-se verificar se a instituição se enquadra dentro dos termos da legislação, bem como conteúdo das informações apresentadas.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa limita-se a verificar os Demonstrativos Contábeis elaborados por uma Organização Religiosa referente ao exercício financeiro de 2010. O trabalho delimita-se a Primeira Igreja Presbiteriana em São José, uma das 14 igrejas do Presbitério de Florianópolis.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

A fim de apresentar este trabalho de forma organizada, o mesmo será estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo, denominado introdução, apresenta uma visão geral do estudo a ser realizado, especificando o tema e o problema, os objetivos da pesquisa, sua justificativa, a metodologia aplicada e a delimitação da pesquisa. Já o segundo capítulo descreve a fundamentação teórica, onde estão demonstrados os referenciais teóricos deste trabalho. Enquanto o terceiro capítulo mostra a análise dos dados pesquisados. E por fim o quarto capítulo se detém as conclusões da pesquisa e as recomendações propostas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo primeiramente introduziremos alguns conceitos da contabilidade. Por conseguinte descreveremos o terceiro setor e em seguida mostraremos o enquadramento jurídico das organizações religiosas em nosso país delineando o caminho para identificar as demonstrações contábeis na organização religiosa desse estudo uma vez que as organizações religiosas não estão isentas de elaborá-las.

2.1 A CONTABILIDADE

Para compreendermos a trajetória deste trabalho faz necessário discorrermos sobre alguns conceitos que a literatura traz acerca da contabilidade a razão de sua criação e algumas definições importantes.

Segundo Lima e Carvalho (2008, p. 5):

Para conduzir o conjunto de ações administrativas ao alcance dos objetivos institucionais, é necessário que os gestores obtenham informações que lhes permitam avaliar as alternativas disponíveis, decidir dentre elas qual a mais interessante e determinar a ação ou conjunto de ações a serem realizadas. Mesmo a obtenção de informações de forma não sistematizada é imprescindível. O predomínio da forma de obtenção de informações, sistematizada ou não, decorre do contexto em que está inserida, assim como da dimensão da empresa e da profissionalização e estilo da equipe dirigente.

Marion (1998) explicita que a contabilidade foi criada em função de sua característica utilitária, de sua capacidade de responder a dúvidas e de atender as necessidades de seus usuários no decorrer da história. O conjunto dessas características foi eficiente para o surgimento da contabilidade e ainda para a sua própria evolução e adaptação contínua ao seu tempo.

Para, Lima e Carvalho (2008), a contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio, objetivando representá-lo de forma compreensível, evidenciando suas variantes, estabelecendo normas para sua interpretação, análise e auditoria e servindo como ferramenta para a tomada de decisões de todos os setores direta ou indiretamente envolvidos com a organização.

2.2 O TERCEIRO SETOR

Antes de discutirmos o terceiro setor faz-se necessário o entendimento dos demais setores. O primeiro setor corresponde ao poder público, o governo. O segundo setor

compreende as empresas com finalidade lucrativas e o terceiro setor as entidades sem fins lucrativos. A expressão terceiro setor é proveniente do termo inglês, *Third Sector*, vem sendo utilizada recentemente no Brasil.

A atuação do terceiro setor no cenário social brasileiro tem crescido progressivamente. A abrangência das atividades, a quantidade de beneficiados e a rede de voluntários que ela envolve apontam para uma importância social e econômica que não pode passar despercebida pelos profissionais da contabilidade. ZACARIAS *et al.* (2008, p. 104).

O homem diante de situações extremas, manifesta o que há de melhor na natureza humana, a solidariedade, ou seja, uma reação quase que instantânea por exercer atividades em prol do próximo. Assim o terceiro setor manifesta-se como uma ação da população em melhorar a qualidade de vida do outro em favor da cidadania e, as ações desenvolvidas por entidades pertencentes a esse ramo “configuram um caminho encontrado pela sociedade civil para amenizar os problemas sociais que afetam a coletividade”. ZACARIAS *et al.* (2008, p. 86).

Cardoso R. 1997, *apud* Zacarias *et al.* (2008, p. 89) descreve que:

terceiro setor é um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social. Sua afirmação tem o mérito de romper a dicotomia entre público e privado, na qual público era sinônimo de estatal e privado de empresarial. Existe uma lacuna deixada pelo governo e não ocupada pelas empresas privadas, seja por deficiência governamental e desinteresse das empresas que buscam lucro financeiro a sociedade organiza-se para ocupar esses espaços através do terceiro setor.

A compreensão desse sistema é fundamental para a presente pesquisa, pois, dentre as suas áreas de atuação, estão às organizações religiosas, que são o principal foco desse estudo sobre as quais discorreremos a seguir.

2.3 AS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

As organizações religiosas podem ser classificadas como entidades do terceiro setor, sob a perspectiva de serem entidades sem fins lucrativos. Segundo, Olivo (2005), podem ser enquadradas, como organizações sociais, por serem também pessoas jurídicas de direito privado, com objetivos sociais, título esse conferido pelo Estado.

Em nosso país Igreja e Estado, estão separados por um princípio legal. Assim, o Estado não pode intervir nas questões de fé. Tais afirmações estão fundadas no Decreto 119-A, de 07/1/1890, que regulamentou a separação entre Estado e Igreja, determinando a liberdade de culto que é reafirmada no Art. 5, inciso VI e no Art. 19, inciso I da Constituição

Federal de 1988. A organização religiosa, por conseguinte, tem autonomia, para estabelecer os critérios para o exercício de suas funções eclesiais, litúrgicas em face da garantia da ampla liberdade religiosa constitucional e conseqüentemente da não interveniência do Estado.

Anteriormente as organizações religiosas eram enquadradas como associações e hoje se encontram em um novo cenário. Discorreremos nessa etapa do trabalho sobre esse processo de mudança que está diretamente relacionado às modificações no Código Civil Brasileiro.

Para Azevedo (2006), O Código Civil de 2002 é mais uniforme que o de 1916, que era quase lacônico no que diz respeito às associações sem fins lucrativos e usava as expressões “associações” e “sociedades civis” como sinônimas, o novo Código define sociedade e associação de acordo com a existência ou não de finalidade lucrativa. Embora existam críticas sobre o conteúdo, e a algumas inovações trazidas, o atual traz uma regulação mais detalhada.

O novo código civil, Lei nº 10.406, de 10.01.2002 – DOU de 11.01.2002 - II “Das Pessoas Jurídicas”, define no artigo 44 “são pessoas jurídicas de direito privado: I – as associações; II – as sociedades; e III – as fundações.”

Desta forma a redação original previa três formas de pessoas jurídicas e as igrejas e partidos políticos, só poderiam caracterizar-se então como associações. Porém os artigos 57 a 60 traziam uma série de regras que eram incompatíveis com a estrutura interna típica das igrejas e partidos políticos, e ainda determinava, em seu Art. 2.031, a necessidade de as associações já existentes adequarem seus estatutos à nova disciplina. (AZEVEDO, 2006).

Assim em 22 de dezembro de 2003 é sancionada a Lei nº 10.825, que dá nova redação aos artigos 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10.01.2002, definindo as organizações religiosas e os partidos políticos, como pessoas jurídicas de direito privado, desobrigando-os a alterar seus estatutos no prazo previsto pelo Art. 2.031 da Lei de 2002.

Conseqüentemente faz-se necessária a distinção clara entre as organizações religiosas e outras “que, não obstante baseadas em princípios e valores religiosos, não se destinam ao culto religioso, isto é, não são igrejas”. (AZEVEDO, 2006, p.103).

As organizações religiosas a partir de sua nova classificação jurídica ficam liberadas das adequações destinadas às associações em geral, isentando-as de aplicar as regras específicas para as Associações, contidas nos artigos 53 a 61 do Código Civil, devido a sua forma peculiar de organização.

Contudo as organizações religiosas possuem obrigações legais junto a Sociedade Civil Organizada, mesmo não havendo legislação específica que trate acerca dessas obrigações, podemos discorrer sobre as que se aplicam a essas entidades, conferindo maior credibilidade ao seu funcionamento.

Para Garcia, (2003, p.1)

Nosso ordenamento legislativo classifica a Igreja, no sentido associativo, desde 1891, como Pessoa Jurídica, necessitando, por conseqüência, de um Estatuto Social que normatize sua constituição organizacional, o que é regulamentado pela Lei de Registros Públicos, à qual estabelece regras gerais para a obtenção da personalidade jurídica junto ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e aí poder proceder à inscrição no órgão competente para receber o CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Ainda segundo as contribuições de Garcia (2003), na área estatutária ter o estatuto associativo averbado em cartório, que possibilita o cumprimento de deveres e o exercício de direitos, inclusive na obtenção de seu CNPJ na Receita Federal, conforme descrito acima. Na área administrativa, manter respeito às atribuições dos diretores estatutários - presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiros, conselhos, no cumprimento de suas funções, realização de assembleias periódicas e manutenção dos livros de atas.

Na área associativa que os membros devem ter livre acesso aos documentos que regem a instituição e se possível possuir um exemplar do estatuto, onde constam seus direitos e deveres, possibilitando amplo conhecimento de seus direitos e deveres. Na área civil as organizações devem orientar que só os membros civilmente capazes, em geral os maiores de 18 anos, devem participar de assembleias deliberativas, votando ou sendo votados, podendo legalmente ser eleitos para quaisquer cargos de diretoria estatutária e conselho fiscal.

Quanto à área trabalhista: registrar a carteira de trabalho dos seus prestadores de serviço, pagando seus direitos em dia, tendo o zelador o direito há receber as horas extras prestadas o mesmo estendendo-se a secretários, auxiliares administrativos ou demais prestadores de serviço da organização religiosa. Ainda é importante esclarecer quanto ao voluntariado tendo claro de que a Lei do Voluntariado não se aplica as igrejas e organizações religiosas, não devendo a igreja utilizar mão-de-obra de seus membros que não seja direcionada para “atos de fé”, como: Diretoria Estatutária, Professor de Escolas Bíblicas Dominicais, Regente do Coro, Grupos Musicais, Líderes de Grupos de Oração e Presidente das Sociedades Internas. Na área previdenciária quitar mensalmente as contribuições sociais de seus empregados, e, facultativamente de seus pastores e ministros.

A área financeira receberá especial atenção no próximo capítulo deste estudo, porém em linhas gerais cabem as organizações religiosas, não expor, de forma vexatória, lista pública de contribuintes, dizimistas ou não, sendo importante à instituição de um conselho fiscal ou comissão de exames de contas, com a prestação das contribuições recebidas, com a apresentação de balanços contábeis periódicos aos membros, numa visão de transparência, sobretudo na comprovação de aplicação nos seus fins.

Quanto à questão imobiliária e de responsabilidade civil as organizações religiosas devem reunir-se em local que possua Alvará ou Autorização Municipal, ou quando for o caso de construção nova “Habite-se”, e ainda, o Certificado da Vistoria do Corpo de Bombeiros. Que possua, ainda, instalações elétricas e hidráulicas em bom estado de conservação, extintores de incêndio e saídas de emergências.

Ressaltamos que essas obrigações listadas não se encontram em legislação específica ou exclusiva para as organizações religiosas e resultam, portanto de um apanhado das mais diversas obrigações legais vigentes em vários níveis de abrangência, mas ainda dependendo em algumas delas de bom senso de seus dirigentes.

As arrecadações de uma organização religiosa, com suas contribuições são geralmente para obras assistenciais e para manutenção dos templos, pois estão isentas de impostos. No campo tributário para usufruir o direito à imunidade da Pessoa Jurídica, com relação a impostos, a organização deve requerer o reconhecimento junto aos órgãos públicos, e obrigatoriamente apresentar a declaração de imposto de renda anual, além de reter e recolher a Receita Federal o imposto devido pelo pastor, ministros e funcionários, além da obrigação com os demais tributos, tais como: taxas e contribuições, especialmente as sociais.

A Constituição Federal, através do artigo 150, inciso VI, descreve: Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, (...), instituir impostos sobre: b) templos de qualquer culto.

Para Silva (2005), o que é imune não pode ser tributado por ausência de competência tributária para tanto. Em contrapartida, a Isenção é determinada por Lei e conceitualmente é determinada pela dispensa legal do pagamento de tributos.

Uma igreja, por exemplo, é imune de qualquer imposto sobre a renda, conforme determinado pela Constituição Federal no Art. 150. Entretanto, a lei determina, de forma clara, que a imunidade é atingida somente sobre a renda, ao patrimônio e aos serviços essenciais para suas atividades. Sendo assim, com relação aos dízimos e ofertas, que são a fonte de recursos financeiros principais de uma igreja, não serão tributados por Imposto de Renda, como também não sofrerá tributação de IPTU, incidente sobre o imóvel utilizado para sua atividade fim.

Apesar das entidades sem fins lucrativos terem natureza jurídica diferenciada das entidades privadas, o cumprimento das obrigações acessórias e principais, assim como também a divulgação, tanto ao fisco, quanto todos àqueles interessados e a Sociedade Civil Organizada, tem a finalidade de dar confiabilidade à instituição em suas atividades.

(<http://www.direitonosso.com.br/>)

2.4 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

No que diz respeito às questões contábeis não há legislação exclusiva, para as organizações religiosas, contudo as Normas do Conselho Federal de Contabilidade, concebidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade trazem a normatização necessária para as entidades sem fins lucrativos. Sendo elas a NBC T 3 que dispõe sobre o Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis. Além da NBC T 10.19, que estabelece critérios acerca das entidades sem fins lucrativos e as demonstrações contábeis que as organizações religiosas devem divulgar através da NBC T 6.

Para tratarmos das demonstrações contábeis pertinentes a uma organização religiosa precisamos esclarecer algumas definições concernentes a contabilidade. Segundo a NBC T 1 que trata da Estrutura Conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis conforme a resolução CFC 1.121/2008.

As demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Demonstrações contábeis preparadas sob a égide desta Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

A contabilidade é um sistema de informação e avaliação que se destina a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira e de produtividade, com relação à entidade e aos seus objetos de contabilização. IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, (2009). Assim as organizações religiosas devem valer-se dessa contribuição da contabilidade para fornecer aos seus usuários e gestores respostas adequadas às expectativas de cada um. Ainda de acordo com NBC T 1, os usuários das entidades utilizam as demonstrações contábeis para a tomada de decisões econômicas e dentre elas as que melhor se aplicam as organizações religiosas são as que dizem respeito a avaliação da administração quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida, e qualidade de seu desempenho e prestação de contas além da avaliação da capacidade da entidade de pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios e ainda de regulamentar as atividades das entidades. A Lei nº 9.790/99 que "Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, [...]" fortalece como a legislação serve de um indicador para a contabilidade das entidades sem fins lucrativos visto que as demonstrações contábeis exigidas têm suas estruturas definidas no

CFC e ainda obriga que os estatutos das referidas entidades atendam aos Princípios Fundamentais da Contabilidade e das NBC, conforme art. 4º, VII, a. Princípio reforçado na NBC T, 10.19.1. “Aplicam-se às entidades sem finalidade de lucros os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade.” Ainda a NBC T, 10.19.1.4 – registra que:

As entidades sem finalidade de lucros exercem atividades assistenciais, de saúde, educacionais, técnico-científicas, esportivas, religiosas, políticas, culturais, beneficentes, sociais, de conselhos de classe e outras, administrando pessoas, coisas, e interesses coexistentes e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária.

A mesma NBCT define “Por se tratar de entidades sujeitas aos mesmos procedimentos contábeis, devem ser aplicadas, no que couberem, as diretrizes da NBC T 10.4”. Para entendermos quais demonstrações contábeis são necessárias a entidade que é foco desse estudo recorreremos a essa norma que trata dos aspectos contábeis das entidades especificamente na NBCT 10.4.3.1 – As demonstrações contábeis que devem ser elaboradas são as seguintes, determinadas pela NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos. Portanto, as descreveremos a seguir:

2.4.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial corresponde a uma fotografia do patrimônio da Instituição em um determinado momento, “O balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática”. Iudícibus, *et al.* (2009).

2.4.2. Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício

As organizações religiosas sendo instituições sem fins lucrativos, por não buscarem o lucro financeiro, apresentam as demonstrações do Superávit ou Déficit do Exercício e não Demonstrações dos Resultados do Exercício. Segundo Iudícibus, *et al.*, 2009, p.356. “A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação, em forma resumida, das operações

realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período”.

A Lei nº 6.404/76 define que:

O conteúdo da Demonstração do Resultado do Exercício, que deve ser apresentada na forma dedutiva, com os detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas e definindo claramente o lucro ou prejuízo líquido do exercício, e por ação, sem confundir-se com a conta de Lucros Acumulados, onde é feita a distribuição ou alocação do resultado. Iudícibus, *et al.* (2009).

2.4.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Segundo Iudícibus, *et al.* (2009), as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, evidenciam de uma forma geral novas integralizações de capital, resultado do exercício, ajustes de exercícios anteriores, dividendos, reavaliações, etc.

2.4.4 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Para Iudícibus, *et al.* 2009, as Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos procuram explicar as origens de recursos que ampliam a folga financeira de curto prazo (ou o capital circulante líquido, numa linguagem mais técnica) e as aplicações de recursos que consomem essa folga. Essa demonstração é também conhecida como DOAR e tem por objetivo apresentar de forma ordenada e sumariada e evidenciar as alterações na posição financeira da empresa. Os financiamentos compreendem as origens de recursos, e os investimentos as aplicações de recursos, sendo que o significado de recursos representa o capital de giro líquido que, na denominação dada pela Lei, é Capital Circulante Líquido e esse é representado pelo Ativo Circulante (Disponibilidades, Contas a Receber, Investimentos Temporários, Estoques e Despesas Pagas Antecipadamente) menos o Passivo Circulante (Fornecedores, Contas a Pagar e outras exigibilidades do exercício seguinte).

Segundo Olak, 1996. As demonstrações contábeis devem conter um conjunto mínimo de informações que possibilite o conhecimento e análise da entidade. Afirma ainda que as informações que são elaboradas para a prestação de contas ao governo não são exatamente as mesmas que os usuários necessitam e vice-versa. A essa relação de autoridade e responsabilidade denomina-se accountability, ou seja, prestação de contas. Esse princípio vem de encontro as expectativas desse trabalho visto que a contabilidade é igualmente um instrumento de prestação de contas, o que de certa forma é o pano de fundo dessa pesquisa já

que a identificação das demonstrações contábeis utilizadas visam também a prestação de contas.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo vamos apresentar um breve histórico sobre a igreja presbiteriana do Brasil, e a organização estudada, em seguida exibir os demonstrativos por ela elaborados, os quais serão avaliados quanto a sua utilização.

3.1 A IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma federação de igrejas que tem em comum uma história, uma forma de governo, uma teologia, bem como um padrão de culto e de vida comunitária. Historicamente, a IPB pertence à família das igrejas reformadas. Suas origens mais remotas encontram-se na Reforma Protestante do século XVI, que teve início com o questionamento do catolicismo medieval feito pelo monge alemão Martinho Lutero (1483-1546) a partir de 1517, passando seus seguidores a serem conhecidos como “luteranos”, resultando na criação da denominada Igreja Luterana. Poucos anos após o início da dissidência luterana surgiu um segundo movimento de reforma protestante, denominado “Segunda Reforma”. Esse movimento, também conhecido como movimento reformado, teve como líder inicial o sacerdote Ulrico Zuínglio (1484-1531), pretendendo reformar a igreja de maneira mais profunda que o movimento de Lutero. Os luteranos julgavam que era legítimo manter tudo aquilo que não fosse explicitamente proibido pela Bíblia. Já os reformados partiam de um princípio diferente, entendendo que só deviam abraçar aquilo que fosse claramente preconizado pelas Escrituras. Após a morte de Zuínglio, o movimento reformado passou a ter um novo líder, que revelou-se muito mais articulado e influente que o anterior: João Calvino (1509-1564).

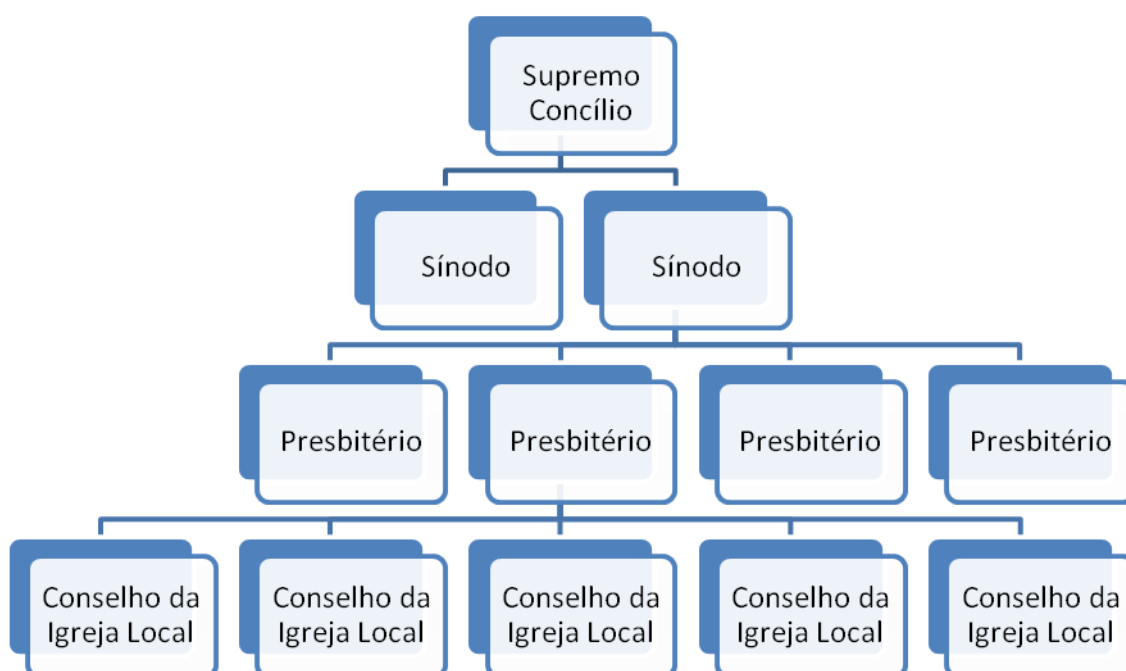
Com a introdução da fé reformada nas Ilhas Britânicas é que surgiu outro nome histórico associado ao movimento: “presbiterianismo.” Esse nome tinha ao mesmo tempo conotações teológicas e políticas. Os reis ingleses e escoceses eram firmes partidários do episcopalismo, ou seja, de uma igreja governada por bispos, os quais eram nomeados pela coroa. Os reformados defendiam uma igreja governada por presbíteros, eleitos pelos membros das congregações e reunidos em concílios, numa reivindicação de independência da igreja em relação ao poder público. Tal foi a origem histórica do termo “presbiteriano” ou “igreja presbiteriana.”

O presbiterianismo no Brasil teve início no dia 12 de agosto de 1959 com a chegada do missionário americano Rev. Ashbel Green Simonton (1833-1867). Em abril de 1860,

Simonton dirigiu o seu primeiro culto em português. Em janeiro de 1862, fundou a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro e criou o primeiro periódico evangélico do país (Imprensa Evangélica, 1864); em 1865 fundou o Presbitério do Rio de Janeiro.

Como citado anteriormente o nome “Igreja Presbiteriana” vem da maneira como a igreja é administrada, ou seja, através de “Presbíteros” eleitos democraticamente pelas comunidades locais. Essas comunidades são governadas por um “conselho” de presbíteros e estes oficiais também integram os concílios superiores da igreja, que são os Presbitérios, os Sínodos e o Supremo Concílio. Os presbíteros são de dois tipos: regentes (que governam) e docentes (que ensinam); estes últimos são os pastores. Atualmente, a Igreja Presbiteriana do Brasil tem aproximadamente 3.840 igrejas locais, 228 presbitérios, 55 sínodos, 2.660 pastores, 370.500 membros comungantes e 133.000 membros não-comungantes (menores), estando presente em todos os estados da federação, conforme o site oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil.

QUADRO 1 - ORGANOGRAMA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL



O quadro acima demonstra a organização da Igreja Presbiteriana do Brasil em seus concílios. Cada um desses concílios é eleito em assembléias de membros nos seus respectivos níveis hierárquicos. Os conselhos são eleitos em assembléias gerais ordinárias compostas pelos membros das igrejas locais. Os presbitérios que compõem a federação das igrejas locais de uma determinada região têm suas diretorias eleitas em assembléias compostas por representantes indicados dentre os membros dos Conselhos das igrejas locais. Os sínodos que

são as confederações compostas por três ou mais presbitérios tem suas diretorias eleitas pelos representantes indicados nas assembleias dos presbitérios. E o Supremo Concílio que compreende a reunião de todos os concílios do território nacional, tem sua equipe diretora eleita em assembleia geral ordinária realizada a cada quatro anos, por membros indicados nas assembleias dos sínodos. Importante ressaltar que esses todos os concílios não possuem uma estrutura física, ou seja, uma sede específica, contudo reúnem-se sistematicamente, com os seus membros, suas comissões executivas e diretorias. Ainda a forma de governo da IPB permite a alternância dessas equipes diretoras periodicamente e com regras parlamentares bem definidas.

(<http://www.ipb.org.br/portal/historia>)

3.2 A PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA EM SÃO JOSÉ

A Primeira Igreja Presbiteriana em São José, objeto deste estudo, localizada à Rua Walfrides W. Martins, 95 – Bairro Floresta – São José – SC. Foi organizada em 8 de janeiro de 1989 e conta atualmente com 73 (setenta e três) membros comungantes. Faz parte do Presbitério de Florianópolis, o qual compreende 14 (catorze) igrejas, sendo:

- Igreja Presbiteriana de Florianópolis
- Igreja Presbiteriana do Estreito
- Igreja Presbiteriana Betânia
- Igreja Presbiteriana do Jordão
- Igreja Presbiteriana de Governador Celso Ramos
- Igreja Presbiteriana em São José
- Igreja Presbiteriana de Rio Tavares
- Igreja Presbiteriana de Três Riachos
- Igreja Presbiteriana de Criciúma
- Igreja Presbiteriana de Tijuquinhas
- Igreja Presbiteriana da Trindade
- Igreja Presbiteriana de Biguaçu
- Igreja Presbiteriana da Palhoça
- Igreja Presbiteriana de Tubarão

Para realizar seus trabalhos contábeis a igreja conta com um escritório de contabilidade da cidade de Florianópolis, além de possuir um tesoureiro na igreja, designado pelo conselho para operacionalizar os processos até o escritório de contabilidade. Compete ao

tesoureiro recolher os dízimos e as ofertas, realizar os pagamentos dos funcionários e das obrigações da igreja e remeter os comprovantes ao escritório contábil para sua devida escrituração. Além de prestar contas ao conselho e aos membros da igreja mediante publicação de relatórios mensais, e prestação de contas por meio de relatório anual apresentado na assembléia geral ordinária. A organização religiosa ainda presta contas ao Presbitério e esse ao Sínodo e ao Supremo Concílio, havendo destinação de verbas ao Presbitério e ao Supremo, e desses as igrejas locais conforme a necessidade, momento e causa específica da organização.

3.3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Este trabalho objetiva verificar quais foram às demonstrações contábeis elaboradas no exercício 2010 do que pretendemos tratar nessa parte do estudo.

Portanto, referente ao exercício financeiro de 2010 foram elaboradas as seguintes Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Quadro nº 1 – Balanço Patrimonial

PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA EM SÃO JOSÉ
CNPJ: 85.255.834/0001-09
BALANÇO PATRIMONIAL
Encerrado em 31/12/2010

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	12.496,42	PASSIVO CIRCULANTE	6.207,40
Disponível	12.496,42	Taxas e outras obrigações	5.407,64
Caixa	277,09	Fornecedores	2.190,62
Banco - Conta corrente	12.219,33	Sustento Pastoral a pagar	2.860,76
		IR a recolher	356,26
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	Obrigações Trabalhistas	799,76
Créditos	0,00	Folha de pagamento	469,20
		Encargos Sociais a pagar	330,56
ATIVO NÃO CIRCULANTE	125.738,89	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00
Direitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Obrigações exigíveis a Longo Prazo	0,00
IMOBILIZADO	125.738,89	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	132.027,91
Bens e Direitos em uso	125.738,89	Patrimônio Social	132.027,91
		Superávit ou Déficit de Exerc. Ant.	130.201,72
		Superávit do Exercício	1.826,19
TOTAL GERAL	138.235,31	TOTAL GERAL	138.235,31

O Balanço Patrimonial apresentado em dia 31 de dezembro de 2010, apresenta contas do ativo realizável a longo prazo e passivo exigível a longo pra com saldo zero, assim sendo, não há necessidades de que apareçam na demonstração.

Quadro nº 2 Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício

PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA EM SÃO JOSÉ

CNPJ: 85.255.834/0001-09

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO

do período 01/01/2010 a 31/12/2010

RECEITA DAS ATIVIDADES	78.863,65
Dízimos	56.823,50
Ofertas	18.902,84
Receitas Patrimoniais	3.137,31
DESPESAS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	-77.037,46
Despesas Administrativas	(66.922,15)
Despesas Trabalhistas	(9.243,45)
Resultado Financeiro	(871,86)
SUPERÁVIT DAS ATIVIDADES	1.826,19
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DAS ATIV. NÃO OPER.	0,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	1.826,19

O quadro acima evidencia que nesta demonstração a escrituração de receitas patrimoniais, as quais se referem às receitas aferidas através de aluguel de um imóvel da organização, como não faz parte de sua atividade fim a mesma deveria aparecer como atividade não-operacional.

Quadro nº 3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE SÃO JOSÉ

CNPJ: 85.255.834/0001-09

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Patrimônio Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Superávit ou Déficit Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	114.758,97	-	-	15.442,75	130.201,72
Ajustes de exercícios anteriores					
Efeitos da mudança de critérios contábeis					
Retificação de erros de exercícios anteriores	-	-	-		-
Correção Monetária	-	-	-	-	-
Transferências para o Patrimônio Social	15.442,75	-	-	-15.442,75	-
Reversões de Reservas De Contingências	-	-	-	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	-	1.826,19	1.826,19
Saldos em 31 de dezembro de 2010	130.201,72	-	-	1.826,19	132.027,91

Quadro nº 4 Demonstrações das Origens ou Aplicações de Recursos

PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE SÃO JOSÉ

CNPJ: 85.255.834/0001-09

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
01/01/2010-31/12/2010**

	Total
1. Origens de Recursos	
1.1 Das operações	0,00
1.1.1 Resultado líquido do exercício	1.826,19
1.1.2 Despesas de depreciação	0,00
1.1.3 Despesas e Amortização	0,00
1.1.4 Lucro na Venda de Bens	0,00
1.2 De terceiros	0,00
1.2.1 Redução do ativo realizável a longo prazo	0,00
1.2.2 Vendas de bens e direitos do ativo permanente	0,00
1.2.3 Aumento do Passivo exigível a longo prazo	0,00
1.3 Total das Origens	1.826,19
2. Aplicações	
2.1 Aumento do ativo realizável a longo prazo	0,00
2.2 Aquisição de bens e direitos permanente	-2.914,80
2.3 Redução do Passivo exigível a longo prazo	0,00
2.4 Total das aplicações	-2.914,80
3. Variação do Capital Circulante Líquido	-1.088,61

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

Saldos em.	31/12/2009	31/12/2010	Variação do CCL
Ativo Circulante	8.665,13	12.496,42	3.831,29
Passivo Circulante	<u>1.287,50</u>	<u>6.207,40</u>	<u>-4.919,90</u>
Capital Circulante Líquido	7.377,63	6.289,02	-1.088,61

Quadro nº 5 Balancete

Empresa: PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE SÃO JOSÉ

CNPJ: 85.255.834/0001-09

Período: 01/10/2010 - 31/10/2010

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	1	ATIVO	134.095,21d	13.410,74	12.328,68	135.177,27d
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	11.271,12d	13.410,74	12.328,68	12.353,18d
3	1.1.1	DISPONÍVEL	10.645,52d	13.410,74	11.703,08	12.353,18d
4	1.1.1.1	CAIXA GERAL	2,99d	7.842,00	7.137,90	707,09d
5	1.1.1.1.1	Caixa	2,99d	7.842,00	7.137,90	707,09d
6	1.1.1.2	BANCOS CTA MOVIMENTO	10.642,53d	5.568,74	4.565,18	11.646,09d
233	1.1.1.2.1	Caixa Economica Federal 1875/1720-0	10.642,53d	5.568,74	4.565,18	11.646,09d
10	1.1.2	CRÉDITOS	625,60d	0,00	625,60	0,00
11	1.1.2.1	ADIANTAMENTOS	625,60d	0,00	625,60	0,00
456	1.1.2.1.1	Adiantamento de férias	625,60d	0,00	625,60	0,00
24	1.3	PERMANENTE	122.824,09d	0,00	0,00	122.824,09d
26	1.3.2	IMOBILIZADO	122.824,09d	0,00	0,00	122.824,09d
28	1.3.2.1	Edifícios	70.829,10d	0,00	0,00	70.829,10d
29	1.3.2.1	Instalações	5.149,45d	0,00	0,00	5.149,45d
35	1.3.2.1	Instrumentos e Equipamentos	7.105,36d	0,00	0,00	7.105,36d
36	1.3.2.1	Máquinas e Aparelhos	1.233,40d	0,00	0,00	1.233,40d
30	1.3.2.1	Móveis e Utensílios	1.721,16d	0,00	0,00	1.721,16d
34	1.3.2.1	Telefone	24,90d	0,00	0,00	24,90d
27	1.3.2.1	Terreno	36.760,72d	0,00	0,00	36.760,72d

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
37	2	PASSIVO	135.818,92c	5.639,54	4.201,66	134.381,04c
38	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	5.617,20c	5.639,54	4.201,66	4.179,32c
39	2.1.1	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	3.635,02c	4.418,82	4.023,53	3.239,73c
435	2.1.1.1	Contribuição Sindical a Recolher	76,58c	0,00	0,00	76,58c
455	2.1.1.1	Férias a pagar	0,00	680,00	680,00	0,00
43	2.1.1.1	FGTS a pagar	40,80c	43,05	54,40	52,15c
42	2.1.1.1	INSS a pagar	177,48c	177,48	236,64	236,64c
432	2.1.1.1	PIS s/ folha de pagamento a recolher	10,20c	10,20	13,60	13,60c
40	2.1.1.1	Salários a pagar	469,20c	469,20	0,00	0,00
41	2.1.1.1	Sustento Pastoral a pagar	2.860,76c	3.038,89	3.038,89	2.860,76c
50	2.1.4	TAXAS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.625,92c	1.042,59	0,00	583,33c
459	2.1.4.1	Seguros a pagar	98,17c	0,00	0,00	98,17c
406	2.1.4.2	Fornecedores Diversos	1.527,75c	1.042,59	0,00	485,16c
57	2.1.5	OBRIGAÇÕES FISCAIS A PAGAR	356,26c	178,13	178,13	356,26c
58	2.1.5.1	Imp. de Renda na Fonte a recolher	356,26c	178,13	178,13	356,26c
63	2.3	PATRIMÔNIO LIQUIDO	130.201,72c	0,00	0,00	130.201,72c
64	2.3.1	SALDO PATRIMONIAL	114.758,97c	0,00	0,00	114.758,97c
65	2.3.1.1	Saldo Patrimonial	114.758,97c	0,00	0,00	114.758,97c
66	2.3.2	RESULTADO DO PERÍODO ATUAL	15.442,75c	0,00	0,00	15.442,75c
67	2.3.2.1	Superávit do exercício	15.442,75c	0,00	0,00	15.442,75c

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
68	3	CONTAS DE RESULTADO	1.723,71d	5.286,58	7.806,52	796,23c
69	3.1	RECEITAS	56.106,75c	0,00	7.806,52	63.913,27c
70	3.1.1	RECEITAS OPERACIONAIS	53.915,50c	0,00	7.480,78	61.396,28c
71	3.1.1.1	Dízimos	40.045,00c	0,00	5.605,00	45.650,00c
104	3.1.1.1.1	Dizimista nro 10	1.831,00c	0,00	307,00	2.138,00c
106	3.1.1.1.1	Dizimista nro 12	410,00c	0,00	100,00	510,00c
110	3.1.1.1.1	Dizimista nro 16	550,00c	0,00	0,00	550,00c
113	3.1.1.1.1	Dizimista nro 19	2.265,00c	0,00	325,00	2.590,00c
236	3.1.1.1.1	Dizimista nro 2	755,00c	0,00	0,00	755,00c
114	3.1.1.1.1	Dizimista nro 20	1.643,00c	0,00	170,00	1.813,00c
116	3.1.1.1.1	Dizimista nro 22	250,00c	0,00	0,00	250,00c
117	3.1.1.1.1	Dizimista nro 23	500,00c	0,00	0,00	500,00c
118	3.1.1.1.1	Dizimista nro 24	900,00c	0,00	0,00	900,00c
212	3.1.1.1.1	Dizimista nro 27	1.860,00c	0,00	760,00	2.620,00c
214	3.1.1.1.1	Dizimista nro 29	340,00c	0,00	50,00	390,00c
240	3.1.1.1.1	Dizimista nro 3	1.510,00c	0,00	600,00	2.110,00c
218	3.1.1.1.1	Dizimista nro 32	1.005,00c	0,00	170,00	1.175,00c
219	3.1.1.1.1	Dizimista nro 33	320,00c	0,00	40,00	360,00c
235	3.1.1.1.1	Dizimista nro 34	193,00c	0,00	22,00	215,00c
241	3.1.1.1.1	Dizimista nro 4	493,00c	0,00	0,00	493,00c
73	3.1.1.1.1	Dizimista nro 41	1.800,00c	0,00	200,00	2.000,00c
75	3.1.1.1.1	Dizimista nro 43	590,00c	0,00	280,00	870,00c
77	3.1.1.1.1	Dizimista nro 45	1.400,00c	0,00	0,00	1.400,00c
79	3.1.1.1.1	Dizimista nro 47	130,00c	0,00	0,00	130,00c
80	3.1.1.1.1	Dizimista nro 48	40,00c	0,00	0,00	40,00c
81	3.1.1.1.1	Dizimista nro 49	80,00c	0,00	0,00	80,00c
82	3.1.1.1.1	Dizimista nro 50	740,00c	0,00	0,00	740,00c
83	3.1.1.1.1	Dizimista nro 51	909,00c	0,00	102,00	1.011,00c
84	3.1.1.1.1	Dizimista nro 52	2.060,00c	0,00	280,00	2.340,00c
87	3.1.1.1.1	Dizimista nro 55	150,00c	0,00	0,00	150,00c
88	3.1.1.1.1	Dizimista nro 56	60,00c	0,00	0,00	60,00c
89	3.1.1.1.1	Dizimista nro 57	1.000,00c	0,00	0,00	1.000,00c
90	3.1.1.1.1	Dizimista nro 58	1.177,00c	0,00	177,00	1.354,00c
100	3.1.1.1.1	Dizimista nro 6	315,00c	0,00	30,00	345,00c
92	3.1.1.1.1	Dizimista nro 60	2.710,00c	0,00	320,00	3.030,00c
93	3.1.1.1.1	Dizimista nro 61	5.427,00c	0,00	603,00	6.030,00c
94	3.1.1.1.1	Dizimista nro 62	160,00c	0,00	60,00	220,00c
99	3.1.1.1.1	Dizimista nro 67	1.250,00c	0,00	0,00	1.250,00c
252	3.1.1.1.1	Dizimista nro 76	2,00c	0,00	0,00	2,00c
257	3.1.1.1.1	Dizimista nro 81	160,00c	0,00	0,00	160,00c
259	3.1.1.1.1	Dizimista nro 83	0,00	0,00	100,00	100,00c
262	3.1.1.1.1	Dizimista nro 86	0,00	0,00	300,00	300,00c
267	3.1.1.1.1	Dizimista nro 91	0,00	0,00	57,00	57,00c
268	3.1.1.1.1	Dizimista nro 92	50,00c	0,00	22,00	72,00c
270	3.1.1.1.1	Dizimista nro 94	70,00c	0,00	30,00	100,00c
121	3.1.1.1.2	Diversos	4.940,00c	0,00	500,00	5.440,00c
123	3.1.1.2	Oferentas Identificáveis	12.660,50c	0,00	1.875,78	14.536,28c
225	3.1.1.2.1	Oferente nro.20	50,00c	0,00	2,00	52,00c
305	3.1.1.2.1	Oferente nro.29	10,00c	0,00	0,00	10,00c
228	3.1.1.2.1	Oferente nro.3	35,00c	0,00	0,00	35,00c
307	3.1.1.2.1	Oferente nro.31	121,00c	0,00	0,00	121,00c
309	3.1.1.2.1	Oferente nro.33	940,00c	0,00	80,00	1.020,00c
310	3.1.1.2.1	Oferente nro.34	80,00c	0,00	10,00	90,00c
229	3.1.1.2.1	Oferente nro.4	3,00c	0,00	0,00	3,00c

317	3.1.1.2.1	Oferente nro.41	50,00c	0,00	0,00	50,00c
321	3.1.1.2.1	Oferente nro.45	100,00c	0,00	0,00	100,00c
323	3.1.1.2.1	Oferente nro.47	50,00c	0,00	0,00	50,00c
324	3.1.1.2.1	Oferente nro.48	175,00c	0,00	0,00	175,00c
326	3.1.1.2.1	Oferente nro.50	46,00c	0,00	0,00	46,00c
327	3.1.1.2.1	Oferente nro.51	100,00c	0,00	3,00	103,00c
328	3.1.1.2.1	Oferente nro.52	205,00c	0,00	0,00	205,00c
332	3.1.1.2.1	Oferente nro.56	10,00c	0,00	0,00	10,00c
333	3.1.1.2.1	Oferente nro.57	100,00c	0,00	0,00	100,00c
125	3.1.1.2.1	Oferente nro.6	145,00c	0,00	20,00	165,00c
336	3.1.1.2.1	Oferente nro.60	207,00c	0,00	20,00	227,00c
344	3.1.1.2.1	Oferente nro.68	12,00c	0,00	2,00	14,00c
350	3.1.1.2.1	Oferente nro.74	1.200,00c	0,00	0,00	1.200,00c
354	3.1.1.2.1	Oferente nro.78	0,45c	0,00	0,00	0,45c
127	3.1.1.2.1	Oferente nro.8	3.900,00c	0,00	1.200,00	5.100,00c
356	3.1.1.2.1	Oferente nro.80	3,35c	0,00	5,00	8,35c
360	3.1.1.2.1	Oferente nro.84	15,00c	0,00	0,00	15,00c
362	3.1.1.2.1	Oferente nro.86	600,00c	0,00	0,00	600,00c
128	3.1.1.2.1	Oferente nro.9	267,00c	0,00	35,00	302,00c
370	3.1.1.2.1	Oferente nro.94	80,00c	0,00	0,00	80,00c
374	3.1.1.2.1	Oferente nro.98	1.793,25c	0,00	240,00	2.033,25c
138	3.1.1.2.2	Diversos	2.362,45c	0,00	258,78	2.621,23c
140	3.1.1.4	Ofertas Especiais	1.210,00c	0,00	0,00	1.210,00c
405	3.1.1.4.1	Almoço	1.210,00c	0,00	0,00	1.210,00c
147	3.1.2	RECEITAS PATRIMONIAIS	2.191,25c	0,00	325,74	2.516,99c
458	3.1.2.1	Aluguel do Apartamento	2.191,25c	0,00	325,74	2.516,99c
153	3.2	DESPESAS	57.830,46d	5.286,58	0,00	63.117,04d
157	3.2.3	ADMINISTRAÇÃO GERAL	39.042,01d	3.718,89	0,00	42.760,90d
454	3.2.3.1	Férias	0,00	680,00	0,00	680,00d
160	3.2.3.1	Missões/Evangelização	218,20d	0,00	0,00	218,20d
158	3.2.3.1	Presbitério	4.034,97d	0,00	0,00	4.034,97d
437	3.2.3.1	Salários	4.590,00d	0,00	0,00	4.590,00d
161	3.2.3.1	Sustento de Obreiros	30.198,84d	3.038,89	0,00	33.237,73d
164	3.2.5	SOCIEDADES INTERNAS	2.797,18d	565,74	0,00	3.362,92d
170	3.2.5.1	Junta Diaconal	2.585,88d	415,74	0,00	3.001,62d
167	3.2.5.1	UPA	211,30d	150,00	0,00	361,30d
174	3.2.6	ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL	14.046,53d	803,52	0,00	14.850,05d
452	3.2.6.1	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	12.403,31d	553,28	0,00	12.956,59d
182	3.2.6.1.1	Água	217,90d	24,47	0,00	242,37d
223	3.2.6.1.1	Bens de pequeno valor	157,17d	0,00	0,00	157,17d
188	3.2.6.1.1	Condomínio	288,94d	0,00	0,00	288,94d
193	3.2.6.1.1	Contabilidade	1.139,72d	127,89	0,00	1.267,61d
462	3.2.6.1.1	Copa e Cozinha	48,42d	0,00	0,00	48,42d
194	3.2.6.1.1	Diversos	28,00d	0,00	0,00	28,00d
463	3.2.6.1.1	Doações e Ofertas	150,00d	0,00	0,00	150,00d
184	3.2.6.1.1	IPTU	1.912,65d	0,00	0,00	1.912,65d
181	3.2.6.1.1	Luz	697,47d	91,23	0,00	788,70d
186	3.2.6.1.1	Manutenção e Reparos	5.663,94d	181,80	0,00	5.845,74d
187	3.2.6.1.1	Material de Limpeza	272,18d	0,00	0,00	272,18d
433	3.2.6.1.1	Processamento de Dados	1.139,73d	127,89	0,00	1.267,62d
460	3.2.6.1.1	Seguros	687,19d	0,00	0,00	687,19d
176	3.2.6.2	ENCARGOS SOCIAIS	1.643,22d	250,24	0,00	1.893,46d
177	3.2.6.2.1	FGTS	367,20d	54,40	0,00	421,60d
178	3.2.6.2.1	INSS	1.230,12d	182,24	0,00	1.412,36d
179	3.2.6.2.1	Pis s/ folha de pagamento	45,90d	13,60	0,00	59,50d

195	3.2.8	ENCARGOS FINANCEIROS	821,14d	15,00	0,00	836,14d
196	3.2.8.1	Juros e Despesas Bancarias	220,50d	15,00	0,00	235,50d
453	3.2.8.1	Juros passivos	600,64d	0,00	0,00	600,64d
199	3.2.9	OUTRAS DESPESAS	1.123,60d	183,43	0,00	1.307,03d
202	3.2.9.1	Assistência Social	240,00d	0,00	0,00	240,00d
231	3.2.9.1	Cartório	43,60d	0,00	0,00	43,60d
206	3.2.9.1	Impostos e Taxas	0,00	163,68	0,00	163,68d
210	3.2.9.1	Lanches, água e refeições	657,00d	0,00	0,00	657,00d
230	3.2.9.1	Material de Expediente	0,00	16,75	0,00	16,75d
201	3.2.9.1	Reprografia	183,00d	3,00	0,00	186,00d

Documento elaborado pelo escritório contábil com base nos documentos fornecidos pelo tesoureiro da organização. Referente a receitas, é elaborado o relatório de arrecadação mensal que contém uma relação dos dizimistas e oferentes da igreja organizada através de códigos numéricos, além de uma receita não operacional que é o aluguel de um apartamento da igreja comprovado através de extrato emitido pela imobiliária. As despesas são comprovadas através de notas fiscais, recibos e comprovantes de pagamentos de guias bancárias, conforme relato do tesoureiro da igreja.

Tal documento é enviado para a igreja até o final do mês subsequente ao seu fechamento, o conselho analisa e aprova ou não os balancetes. Quando verificada alguma alteração pede-se ao escritório que o mesmo seja refeito. Após aprovado fica arquivado na igreja e disponível a todos os membros da organização.

Podemos verificar que o mesmo apresenta algumas falhas. Como exemplo a conta 2.1.1.1 Férias a pagar que apresenta um Saldo Anterior zero, um valor igual a Débito e a Crédito, e um Saldo Atual também zero, sugerindo que não existe provisão de férias. Já a conta de resultado 3.2.3.1 Salários apresenta o mesmo valor de Saldo Anterior e Saldo Atual, demonstrando que não foram registradas as despesas com salários incorridas no mês.

BALANCETE PRELIMINAR - OUTUBRO / 2010

Valores em Reais (R\$)

SALDO DO MÊS ANTERIOR	10.645,52
------------------------------	------------------

ENTRADAS E SAÍDAS DE RECURSOS

01/out	Mão-de-Obra Pintor	-300,00	
03/out	Dízimos		1.212,00
03/out	Ofertas		1.464,00
03/out	Sustento Pastoral	-3.038,89	
03/out	Salário Zelador	-510,00	
03/out	Junta Diaconal	-90,00	
05/out	Luz	-91,23	
08/out	Mão-de-Obra Pintor	-300,00	
08/out	Aluguel Apartamento		325,74
10/out	Dízimos		1.056,00
10/out	Ofertas		10,00
11/out	Auxílio Moradia	-325,74	
13/out	Casan – Água	-24,47	
15/out	Mão-de-Obra Pintor	-200,00	
17/out	Dízimos		932,00
17/out	Ofertas		15,00
19/out	INSS	-177,48	
19/out	PIS	-10,20	
19/out	UPA	-150,00	
24/out	Dízimos		1.645,00
24/out	Ofertas		88,00
25/out	Material para Pintura	-114,97	
25/out	Taxa Bancária	-15,00	
29/out	Presbitério	-310,00	
29/out	FGTM	-182,10	
31/out	Dízimos		760,00
31/out	Ofertas		40,00

TOTAL DAS DESPESAS	-5.840,08
---------------------------	------------------

TOTAL DAS RECEITAS	7.547,74
---------------------------	-----------------

SALDO PARA O PRÓXIMO MÊS	12.353,18
---------------------------------	------------------

O documento denominado balancete preliminar, elaborado pelo tesoureiro da igreja é apresentado nas reuniões periódicas do conselho e fixado em mural para conhecimento dos membros sendo o principal documento utilizado para as tomadas de decisões do conselho por ser o que se tem de mais atual em relação às finanças da organização, uma vez que o balancete elaborado pelo escritório contábil é enviado até o final do mês subsequente ao de seu encerramento. Neste documento o tesoureiro da igreja registra todas as entradas e saídas de recursos.

Trabalha-se com dois tipos de receitas operacionais que são os dízimos e as ofertas. Os dízimos referem-se a dez por cento dos vencimentos de cada membro que deve ser entregue pra manutenção da igreja e custear sua administração. Já as ofertas são de caráter voluntário e podem ser solicitadas para alguma causa específica como pintura do templo ou aquisição de algum bem, quando julgadas necessárias pelo conselho da igreja.

O tesoureiro tem um controle no qual cada membro recebe um código numérico através do qual são registrados seus dízimos e ofertas. Esse controle serve de subsídio para confecção do relatório de arrecadação mensal que é enviado ao escritório contábil para os registros necessários. Não é divulgado aos membros a fim de não constranger aqueles que não contribuem, conforme informação do tesoureiro da igreja.

Como receita não operacional aparece o aluguel de um apartamento de propriedade da igreja, o qual se destina a moradia do pastor, tendo o mesmo optado por não morar no imóvel o valor total arrecadado com seu aluguel lhe é repassado como auxílio moradia.

As saídas são realizadas através de pagamentos das despesas administrativas correntes, cabendo ressaltar algumas particularidades como o Fundo de Garantia por Tempo Ministerial o qual é feito através de um depósito em conta poupança administrada pelo presbitério, e o pagamento da verba presbiterial, uma vez que o presbitério é composto pelas igrejas, não tem arrecadação própria e precisa de recursos para suas atividades.

Outra forma de saídas são as verbas destinadas às sociedades internas previamente aprovadas pelo conselho, as quais devem fazer prestações de contas com o tesoureiro através de notas fiscais ou recibos, não sendo permitida qualquer aquisição sem prévio consentimento do conselho ou sem a apresentação de notas fiscais ou recibos.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As organizações religiosas vêm ocupando espaços cada vez maiores em nossa sociedade. Organizações sociais classificadas como pessoas jurídicas de direito privado e entidades sem fins lucrativos, são organizações com intentos específicos e seu patrimônio é composto exclusivamente por meio das contribuições de seus membros.

4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual trabalho teve por objetivo identificar as demonstrações contábeis elaboradas pela Primeira Igreja Presbiteriana em São José referente ao exercício financeiro de 2010, a fim de compreender sua utilização.

Sendo assim, mesmo sem uma legislação específica concernente a contabilidade nas organizações religiosas, tais entidades precisam obrigatoriamente realizar a sua contabilidade em consonância com as normas contábeis brasileiras indicadas nesse estudo através do enquadramento jurídico das organizações religiosas que possibilitaram a verificação então de quais demonstrações contábeis são pertinentes a essas instituições, pois contém especificidades, comparadas com as entidades de fins lucrativos, as quais o profissional contábil precisa estar atento.

Os quadros apresentados identificam que a instituição, foco desse estudo, a Primeira Igreja Presbiteriana em São José, elaborou as seguintes demonstrações contábeis referente ao exercício financeiro de 2010: Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Verificou-se a partir da análise documentação elaborada pela instituição que a entidade cumpre a legislação quanto à elaboração das demonstrações contábeis conforme recomenda o Conselho Federal de Contabilidade, no entanto não as utiliza para tomada de decisões gerenciais e sim para cumprir o ordenamento legal.

Ainda os profissionais de contabilidade que elaboram as demonstrações contábeis não exercem papel de orientação frente aos gestores da organização no que diz respeito à utilização das demonstrações contábeis para outros fins que não somente o legal e fiscal.

A instituição em questão apresenta uma preocupação com a transparência de sua movimentação financeira, evidenciada principalmente com a obrigatoriedade que o tesoureiro tem em divulgar mensalmente em mural visível da instituição, um relatório referente a

entradas e saídas de recursos o qual é por ele denominado, balancete preliminar, conforme demonstrado na tabela nº 6. Esse balancete subsidia o relatório final de prestação de contas preparado pelo tesoureiro e apresentado a todos os membros em Assembléia Geral Ordinária, realizada anualmente, sendo por eles examinados para obtenção de aprovação.

As demonstrações contábeis são elaboradas por um escritório de contabilidade que mantém contato com o tesoureiro da instituição e esse com o conselho da igreja. Os balancetes elaborados pelo escritório contábil são enviados mensalmente para igreja. O conselho reúne-se trimestralmente a fim de analisá-los e aprová-los e deliberar sobre a situação financeira da igreja. As tomadas de decisões são realizadas baseadas no saldo em caixa, que é levantado pelo balancete preliminar elaborado pelo tesoureiro, presente nas reuniões sistemáticas do conselho.

Em síntese o conselho da igreja considera as demonstrações contábeis documentos importantes mantendo em arquivo e disponíveis a consulta de qualquer um dos membros da organização. No entanto essa importância restringe-se apenas a demonstrar que estão sendo cumpridas as legislações. Já que para a tomada de decisões utiliza um relatório elaborado pelo tesoureiro da organização.

4.3 RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho estabelece algumas constatações importantes. A primeira delas é que diante do crescimento exponencial das organizações religiosas no país, e a partir da análise da pesquisa, fica evidente o campo de ações que se abre ao profissional contábil. As fiscalizações nessas organizações deveriam ser intensificadas, pelos órgãos competentes, quanto à atuação ou não de profissionais habilitados para a execução das demonstrações contábeis nessas instituições, assim a contabilidade seria feita de forma mais adequada.

Outra sugestão relevante diz respeito a esses profissionais também agirem como consultores aos gestores dessas organizações orientando-os quanto à importância da utilização das demonstrações contábeis para a tomada de decisões gerenciais. A abrangência do tema suscita novas perguntas de pesquisa, aprofundando as análises, ampliando as amostras para outras organizações e estabelecendo comparativos onde futuros estudos possam promover novas conclusões quanto à utilização da contabilidade em organizações religiosas.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, D.A. Partidos Políticos, Organizações Religiosas e Instituições Confessionais: sua adequação ao novo Código Civil e a continuidade de convênios públicos. **Revista CEJ**, Brasília, n. 32, p.101-107, jan./mar. 2006.
- BEUREN, I.M. et al. **Como elaborar trabalhos monográficos: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada**. Tradução João Ferreira de Almeida. 2ª ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.
- BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.
- BRASIL. Decreto nº. 119-A de 07 de janeiro de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm Acesso em: 28 set. 2011.
- BRASIL. Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm Acesso em: 26 set. 2011.
- BRASIL. Lei nº. 10.825, de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.825.htm#art44 Acesso em: 26 set. 2011.
- BRASIL. Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm Acesso em 27 de novembro de 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 1. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/> Acesso em: 30 set. 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 10.19 Entidades sem finalidade de lucros. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/> Acesso em: 2 out. 2011.

EBSEN, K.S.; LAFFIN, M. Terceiro setor e contabilidade: compilações de uma pesquisa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.11-28, jan./jun. 2004..

GIOLLO, P.R.; BÓRIO, J. Proposta de registro e evidenciação das variações patrimoniais decorrentes da opção pelo certificado de entidade beneficente de assistência social – CEAS. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.2, n.3, p. 79-103, set/dez. 2006.

GARCIA, G. As igrejas e as implicações jurídicas da alteração no código civil. Disponível em: <http://www.direitonosso.com.br/> Acesso em: 27 set. 2011.

GARCIA, G. As igrejas e suas obrigações legais. Disponível em: <http://www.direitonosso.com.br/> Acesso em: 28 set. 2011.

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. **História**. <http://www.ipb.org.br/portal/> Acesso em: 4 out. 2011.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, M.P.J.R..; CARVALHO, V.G. A contabilidade no contexto da análise financeira: um estudo nas indústrias têxteis em Natal/RN Ano 2008. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 2, n. 1, p.1-14, jan/jun. 2010.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, C. Aspectos Tributário e Contábeis de Empresas Imunes e isentas. **Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis**, Aracaju, jan. 2009 Disponível em: <http://www.netlegis.com.br/imprimirArtigo.jsp?cod2=1781&imprimir=sim> Acesso em: 02 out.2011.

OLAK, P. A. **Contabilidade de entidades sem fins lucrativos não governamentais**. (Dissertação). São Paulo: FEA/USP, 1996.

ZACARIAS, F.L.B. *et al.* A Utilização do Custeio Integral no Processo de Apuração e Evidenciação de Custos em Entidades do Terceiro Setor: o caso de uma instituição de longa permanência de idosos. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 85-106, out/dez. 2008.